

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 58.367 - SP (2018/0200710-3)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECAO DE SAO PAULO**
ADVOGADO : **EURO BENTO MACIEL FILHO - SP153714**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
INTERES. : **ULISSES MARCELO TUCUNDUVA**

DECISÃO

Trata-se de recurso em mandado de segurança, com pedido de liminar, interposto pela **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECAO DE SAO PAULO** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cuja ementa registra:

"MANDADO DE SEGURANÇA Cancelamento da multa prevista no art. 265, do CPP - Precedentes do STJ e do Órgão Especial que afastam a acenada inconstitucionalidade do dispositivo Desídia caracterizada, uma vez que o patrono do réu, embora intimado por duas ocasiões, deixou de apresentar as competentes razões recursais, o que teve de ser providenciado pela Defensoria Pública, ensejando, assim, demora na análise e julgamento do inconformismo externado pelo réu, no termo de recurso - Segurança denegada." (e-STJ, fl. 112).

Narram os autos que, após a prolação da sentença condenatória, o advogado do réu, ora interessado, foi devidamente intimado para apresentar as razões da apelação, deixando, contudo, transcorrer *in albis* o prazo. Diante da omissão por parte do patrono, o Juízo de primeiro grau determinou a intimação do réu para a constituição de novo defensor para apresentação das razões de apelação. Mantendo-se inerte, o magistrado nomeou a Defensoria Pública para assistir o réu e determinou a abertura de vista dos autos para apresentação das razões recursais, bem como aplicou multa no valor de 10 salários mínimos ao advogado, por abandono da causa, nos termos do art. 265 do CPP.

Sustenta a recorrente que "o 'Assistido', ao menos até a apresentação das razões recursais, sempre participou, ativamente, de todos os atos processuais, defendendo com o zelo habitual seu constituinte; jamais deixando seu "cliente" indefeso, tanto é assim que, oportunamente, ofertou a resposta à acusação, esteve presente em audiência de instrução, apresentou alegações finais orais, postulou pela liberdade provisória e, por fim, ainda que sem apresentar as razões recursais - Frise-se, peça não imprescindível -, interpôs o recurso de Apelação" (e-STJ, fl. 131).

Alega, ainda, a inconstitucionalidade do art. 265 do CPP, por violar o art. 133 da Constituição Federal.

Requer, sede liminar, o sobrestamento de qualquer procedimento administrativo de cobrança da penalidade. No mérito, postula o provimento do recurso para que seja anulada a multa aplicada pelo Juízo de primeiro grau.

Contrarrazões às fls. 150-154 (e-STJ). Admissibilidade do recurso à fl. 156 (e-STJ).

Liminar indeferida (e-STJ, fls. 165-166).

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ, 173-179).

É o relatório.

Decido.

Esta Corte Superior firmou entendimento pela constitucionalidade do art. 265 do CPP, cuja aplicação não acarreta ofensa ao contraditório e à ampla defesa, mas representa, isto sim, estrita observância do regramento legal. A propósito:

"PROCESSUAL PENAL. MULTA COMINADA A ADVOGADO POR ABANDONO DO PROCESSO. ART. 265, *CAPUT*, DO CPP. INCONSTITUCIONALIDADE. REJEIÇÃO. RENÚNCIA APRESENTADA APÓS A APLICAÇÃO DA PENALIDADE. EFEITOS.

1. Esta Corte já se manifestou no sentido de que não se vislumbra a inconstitucionalidade do art. 265, *caput*, do CPP, ou ofensa aos princípios do juiz natural, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, em se tratando de sanção de natureza processual, incluindo-se na esfera de discricionariedade regrada do juiz natural do processo.

(...)

3. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no RMS 33.024/RO, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 5/3/2015, DJe 17/3/2015.)

Do mesmo modo, a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que o não comparecimento de advogado a audiência sem apresentar prévia ou posterior justificativa plausível para sua ausência, pode ser qualificado como abandono de causa que autoriza a imposição da multa prevista no art. 265 do CPP.

Nesse sentido, os seguintes julgados deste STJ:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. MULTA POR ABANDONO DA CAUSA. ILEGALIDADE DO ATO. NÃO OCORRÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO VIOLADO. PROVIMENTO NEGADO.

1. **Muito embora o advogado tenha tomado ciência inequívoca da nova data para o ato, assinando, inclusive o termo da audiência, a ele não compareceu, nem tampouco cuidou de suscitar suposta nulidade quando intimado para apresentar memoriais. Preferiu quedar-se silente, sem qualquer justificativa.**

2. Assim, a decisão do juízo devidamente fundamentada, acolhendo pedido feito pela Defensoria Pública de imposição de multa ao causídico, nos termos do art. 265 do Código de Processo Penal, não ofende direito líquido e certo do advogado porquanto caracterizado o abandono da causa.

3. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no RMS 52.551/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 03/05/2017, grifou-se).

"RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. MULTA COMINADA A ADVOGADO POR ABANDONO DO PROCESSO. ART. 265 DO CPP. CONSTITUCIONALIDADE. INTIMAÇÃO, POR DUAS VEZES, PARA APRESENTAR ALEGAÇÕES FINAIS. INÉRCIA INJUSTIFICADA. PENALIDADE DEVIDAMENTE MOTIVADA. EXISTÊNCIA DE ACORDO PESSOAL ENTRE DOIS DOS PATRONOS DA CAUSA QUE NÃO EXIME NENHUM DOS DOIS DE APRESENTAR PETIÇÃO EM JUÍZO RENUNCIANDO EXPRESSAMENTE AO MANDATO.

1. O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido da constitucionalidade do art. 265 do Código de Processo Penal. Dessa forma, enquanto não sobrevier decisão do Supremo Tribunal Federal em sentido contrário, não há qualquer óbice à aplicação da multa trazida no artigo em comento. Precedentes.

2. **Configura-se o abandono do processo se os patronos do réu, embora intimados por duas vezes para apresentara alegações finais, assim como da possibilidade de aplicação da multa do art. 265 do CPP em caso de inércia injustificada, quedam-se silentes, somente vindo a peticionar nos autos quase um ano depois, alegando não mais representar.**

3. Situação em que, embora a impetrante e o advogado que representava o réu afirmem terem sido dispensados de seus serviços em 14/07/2015, somente comunicaram tal dispensa ao juízo em 19/04/2017. E, contradizendo sua alegação, o colega da impetrante peticionou, em carta precatória, requerendo adiamento da audiência para interrogatório do réu, em 13/04/2016.

4. Um acordo pessoal entre a ora recorrente e o outro causídico que, juntamente com ela, figurava como representante da parte em ação penal não a exime da obrigação, da qual tem ciência até por dever de ofício, de renunciar expressamente ao mandato que lhe fora outorgado, comunicando tanto seu cliente quanto o Juízo.

Se não o fez, deve responder pelas consequências de sua postura, valendo seu acordo, no máximo, para pleitear do seu antigo chefe o ressarcimento da multa a si imposta.

5. Recurso a que se nega provimento."

(RMS 56.179/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 18/04/2018, grifou-se).

No caso em exame, o Tribunal de origem manteve a multa aplicada ao advogado, nos seguintes termos:

"Do mesmo modo, a condenação do advogado em referência ao pagamento de multa no importe de 10 salários mínimos, praticada pelo Magistrado de primeiro grau, revela-se medida escorreita, diante da desídia daquele, a implicar obstáculo ao bom andamento processual.

Isso porque, pelo que se verifica dos autos, prolatada sentença condenatória em desfavor do réu Kleberton Aparecido da Silva, nos autos criminais nº 0000264-28.2016.8.26.0593, em 25/04/2017, demonstrou ele seu inconformismo, tal como se pode extrair do termo

de recurso de fls. 51.

Em face disso, procedeu-se à intimação de seu defensor, ora interessado, em 17/05/2017 (fls. 54), ato este que se repetiu, em 29/05/2017. Ocorre que, em face da não apresentação das competentes razões, por parte de referido causídico (fls. 56), a despeito de inexistência de renúncia ao mandato a ele conferido, houve necessidade de nomeação de nova defesa ao réu (Defensoria Pública), a fim de que fossem efetivamente apresentadas as mencionadas razões recursais, o que ocorreu por parte da referida instituição, em 09/10/2017 (fls. 66/71).

Cumprе salientar que, por abandono da causa, entende-se o ato de desídia do advogado que, injustificadamente, deixa de exercer o direito constitucional de ampla defesa de seu cliente, o que justamente se verifica no caso presente, em que aquele, embora intimado em duas ocasiões, quedou-se inerte (atribuindo ao excesso de trabalho seu descompromisso para com o réu, quando já aplicada a multa em referência), de modo que se revelou necessária a nomeação de nova defesa ao sentenciado, mais precisamente da Defensoria Pública, diante da não constituição de outro defensor pelo acusado, instituição esta que já se dedica a outros incontáveis casos. Vale sublinhar, outrossim, que ainda que a interposição de recurso de apelação devolva a totalidade da matéria ao Tribunal ad quem, em razão da desídia do referido advogado, verifica-se que, embora condenado por sentença proferida em 25/04/2017, só se revelou possível a remessa dos autos a esta instância recursal, com as competentes razões e contrarrazões, em 06/02/2018, o que denota evidente prejuízo ao réu, tudo a autorizar a aplicação da referida multa, a qual restou fixada de maneira proporcional à gravidade dos fatos."

Como se vê, apesar de o advogado constituído ter sido intimado por duas vezes para oferecer as contrarrazões de apelação, deixou transcorrer o prazo recursal, sem, contudo, apresentar nenhuma justificativa.

Com efeito, a postura do defensor em deixar de cumprir atos indispensáveis ao regular desenvolvimento do processo consiste em verdadeira afronta ao devido processo legal e à ampla defesa, paralisando a tramitação processual do feito, além de causar prejuízo ao réu, em razão da demora na remessa dos autos ao Tribunal, o que só ocorreu após cerca de 10 meses da prolação da sentença condenatória.

Desse modo, não se verifica ilegalidade ou ofensa à direito líquido e certo do causídico, ora interessado.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do RISTJ, **nego provimento** ao recurso em mandado de segurança.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Transcorrido o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado desta decisão e baixem-se os autos à origem.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

